

SOBRE “COOPERAÇÃO”*

*Geoffrey Brennan*¹

University of North Carolina – Chapel Hill / USA

Geoffrey Sayre-McCord

University of North Carolina – Chapel Hill / USA

Resumo: O termo “cooperação” é amplamente usado em teorias sociais, políticas, biológicas e econômicas. Talvez por essa razão o termo assuma uma variedade de significados, e em muitos casos não é sempre claro em que aspecto de uma interação está sendo descrito. Este artigo tem o modesto objetivo de classificar algumas destas variedades de significados; e explorar, diante deste pano-de-fundo, quando e porque cooperação (neste sentido) pode ter valor, ser uma exigência ou ainda uma virtude.

Palavras-chave: Cooperação, interdependência positiva, simbiose, benefícios mútuos, altruísmo, coordenação.

Abstract: The term “cooperation” is widely used in social and political and biological and economic theory. Perhaps for this reason, the term takes on a variety of meanings and it is not always clear in many settings what aspect of an interaction is being described. This paper has the modest aim of sorting through some of this variety of meanings; and exploring, against that background, when and why cooperation (in which sense) might be of value, or be required, or constitute a virtue.

Keywords: Cooperation, positive interdependence, symbiosis, mutual benefit, altruism, coordination.

I. Introdução

(...) observe o conforto do artesão mais comum ou do trabalhador diarista em um país civilizado e próspero e você perceberá o número de pessoas que fazem parte desta indústria, embora uma pequena parte, que tem se empenhado em procurar tal conforto, excedendo toda disponibilidade. (*Wealth of Nations* – WN Li 11)

* Tradução de Everton Miguel Puhl Maciel, com revisão de Evandro Barbosa.

¹ Somos profundamente gratos a Harmut Kliemt e os editores da revista *Analyse & Kritik* pelos comentários nos esboços iniciais, bem como ao Departamento de Filosofia da Universidade Groningen pela oportunidade de apresentar as linhas gerais de tal pensamento. Os erros que restaram são de nossa inteira responsabilidade.

(...) na sociedade civilizada, o homem depende sempre da cooperação e assistência de grandes multidões, enquanto sua vida completa é insuficiente para ganhar a amizade de algumas poucas pessoas. (*WTN*, Lii 2)

Eu deveria dar meu jeito, deveria propor que parássemos imediatamente de falar sobre ‘economia’ ou ‘política econômica’ – mesmo que atrasados, no seu sentido mais amplo. Fosse possível apagar a lousa, eu deveria recomendar que empregássemos, em termos completamente diferente, “catalaxia” e “simbióticos”. O segundo destes termos deveria, na média, ser preferível. (BUCHAMAN, 1964)

Adam Smith enfatiza, repetidamente, a importância da “cooperação” para tornar as pessoas melhores. Ele não foi o primeiro – ou o último – crítico social a fazer essa alegação. De fato, “cooperação” é um termo amplamente empregado por pesquisadores contemporâneos – não apenas no sentido das ciências sociais (economia e ciências política, mais notadamente) e nas humanidades (especialmente em filosofia moral e teoria política), mas também na biologia evolutiva. Como o termo é empregado em uma ampla variedade de contextos, e porque ele oferece uma carga de base normativa, pensamos que vale a pena explorar essa sua variedade de significados. Em particular, queremos esquematizar uma distinção tripartite entre:

1. “cooperação” como o fato da interdependência positiva de recompensas acumuladas entre os agentes em uma interação (PI)².
2. “cooperação” como envolvendo ambos os tipos de interdependência positiva e algum elemento de coordenação pelos participantes na produção dos benefícios em questão (C1).
3. “cooperação” como situação na qual interdependência positiva constitui uma direção não-normativa, e motivo eficaz para os atores participantes agirem da maneira como agem (C2).

Oferecemos este conjunto de distinções para fins de elucidação. Não é nosso objetivo aqui tentar normatizar o uso adequado dos termos. Contudo, precisamos registrar nossa estranheza quanto à propriedade de descrever o

² Em uma versão anterior deste artigo, referimo-nos ao fato da interdependência da recompensa como uma “vantagem mútua”, em parte, porque isso se assemelha com o vocabulário rawlsiano (como quando Rawls se refere a sociedade como uma “aventura cooperativa para vantagens mútuas”). Rawls (1971) p. 4. Mas o “mútuo” em “vantagem mútua” corre risco de implicar que as vantagens dependem de alguém agindo com vistas a beneficiar o outro; estamos trabalhando contra este risco de prejudicar um dos conceitos.

mero fato da interdependência positiva como “cooperação” – por motivos que tentaremos elucidar a seguir. De acordo com alguns estudiosos, o uso de “cooperação”, neste sentido, é um hábito cuja adequação desejamos contestar. Portanto, rotulamos isso não como uma variante de “cooperação”, mas apenas como PI.

Um problema com o qual devemos nos preocupar se relaciona ao espaço preciso da normatividade – isto é, o valor da cooperação. Isso tem qual efeito? No processo (de coordenação)? Ou nos motivos daqueles que se engajam neste processo esperando os seus efeitos? Porque se a interdependência positiva (PI) é normativamente importante – como poderia ser para consequentialistas e alguns tipos de quase-contratualistas – então, torna-se uma questão aberta se a cooperação, em qualquer um dos sentidos que isolamos, carrega algum peso normativo.

A princípio, PI é a propriedade de um resultado. Se um determinado resultado (ou um conjunto de resultados sobre algum determinado arranjo institucional) possui essa propriedade, ele constitui um domínio possível de investigação. Se tal resultado vem de um processo que envolve cooperação no sentido C1 ou C2, essa é uma outra questão. Essa questão adicional, claro, pode ser significativa independentemente e normativamente. O fato de que indivíduos estão “cooperando” em algum sentido psicológico pode ser independentemente desejável: “cooperação” pode ter um valor para além de qualquer benefício que a cooperação pode trazer para os participantes que cooperam. Mas se cooperação tem um valor independente ou não é uma questão que tem de ser discutida diretamente. Seria claramente um erro pensar que C1 ou C2 têm valor independente porque em algumas (ou talvez em muitas) instâncias a “cooperação” (C1 ou C2) ocorreu para garantir P1.

As citações de Smith e Buchanan, em epígrafe, ilustram o que vemos como uma certa ausência de clareza nesta conexão. Primeiro, considere Smith.

No primeiro capítulo d’*A Riqueza das Nações*, Smith enfatiza que em uma sociedade comercial o padrão de vida que cada um aproveita é amplamente dependente da atividade dos outros. De fato, Smith nos assegura: o número de pessoas de quem cada um depende “excede toda disponibilidade”. Neste sentido, cada um depende da “assistência e cooperação de muitos milhares”.³ Smith, então, reivindica, no segundo capítulo, que a divisão do trabalho, central no mecanismo desta *cooperação*, co-envolve o mercado de troca. “A divisão do trabalho (...) entretanto é necessariamente uma consequência bastante lenta e gradual de certa propensão na natureza

³ No capítulo 2, Smith repete a frase – desta vez intercambiando “assistência” e “cooperação” e “grande multidão” no lugar de “muitos milhares”. É esta versão que citamos anteriormente na epígrafe.

humana que não tem em vistas tal utilidade agregada – a propensão de ... trocar uma coisa por outra. [WN I.ii.1]”.

Além disto, Smith insiste: a propensão para a troca cresce principalmente com cada participante perseguindo sua vantagem separadamente. Em alguns casos é necessário que possamos confiar na benevolência e boa-vontade “para ganhar o favor daquele que servimos”. Mas isso apenas de amigos de quem podemos esperar tal tratamento. E a “*vida completa do homem é insuficiente para ganhar a amizade de algumas poucas pessoas*”. Segundo Smith, a divisão ampla do trabalho que observamos evidencia que a amizade é uma consideração secundária para explicar a divisão do trabalho: a divisão do trabalho e as vantagens que derivam disto são um arremate de indivíduos perseguindo seus próprios interesses, via mercado de troca⁴.

Smith acredita que a estrutura da interdependência, tal qual ele observa, em um “*país civilizado e próspero*” gera benefícios gerais vastos. Ele fala (de maneira otimista) da “*abundância universal que se estende nas hierarquias mais baixas da população*” [WN I.i.10]. Claro que a estrutura da interdependência é ‘social’ – não poderia ser interdependência sem participantes diversos. Mas em que sentido os participantes estão “cooperando”, se eles não conhecem, não se importam ou sequer reconhecem a existência da maioria das pessoas com que estão supostamente cooperando?⁵ Quando Smith observa a ‘cooperação’ entre os membros de uma sociedade civilizada e próspera, ele está apenas observando o fato da interdependência positiva nas relações entre seus membros? É o que ele descreve realmente como “cooperação”? Esta é uma questão que podemos retomar em uma discussão subsequente.

Um caminho diferente para explorar a relação entre a cooperação social e a vantagem mútua é nos termos da campanha feita por Buchanan de nomes apropriados para a disciplina de economia (como citado na sua contribuição da epígrafe). Buchanan é relevante nesta conexão porque, talvez como o mais proeminente teórico e autoconsciente contratualista social entre os economistas acadêmicos, ele é famoso por sua insistência de que os economistas deveriam se concentrar na troca (mais que na escolha racional ou escassez). A troca é do interesse de Buchanan em parte porque ele a vê como uma fonte central do benefício geral.

⁴ Em ii.3, por exemplo, Smith considera que a emergência de uma tribo primitiva é o arreiro. “Da consideração do seu próprio interesse, fazer arcos e flechas passa a ser seu negócio principal.”

⁵ Depois de tudo, Smith escreve como se a divisão ampliada do trabalho é a novidade para seus leitores – algo que causará surpresa, quando captar suas atenções. Além disso, os leitores são participantes no processo que Smith descreve.

É também digno de nota quando Buchanan, por um lado, considera títulos alternativos para “economia” ou “catalaxia” (a ciência da precificação); e “simbiótica” por outro – ele expressa uma preferência por simbiótica. Uma preferência desse tipo pressupõe que Buchanan vê uma diferença. Queremos sugerir um espaço para essa diferença.

No nível das aplicações biológicas, simbiose se refere a situação na qual o valor emerge de cada uma de duas espécies em situação de inteiração, aumentado pela presença (e mais particularmente algum comportamento relevante ou característica) da outra espécie. Existe, como poderíamos dizer, ‘benefício mútuo’ (‘benefício’, neste contexto, compreendido em termos de aptidão evolutiva aumentada). O caso biológico é um ponto de referência interessante, porque, como normalmente compreendemos, opera mesmo sem a mediação de fatores psicológicos. Simbiose não envolve atribuir a “parceiros” interdependentes qualquer motivo particular.⁶ Mas se for isso, pensamos que é enganoso descrever os parceiros simbióticos como ‘cooperando’ para produzir um resultado positivo que ambos possam aproveitar? Existe realmente qualquer coisa em casos biológicos que envolve algo mais que fatos brutos de interdependência positiva (em termos de índice de sobrevivência que são relevantes nesta aplicação particular)? Pensamos que não.

Buchanan obviamente acredita que pelo menos alguns casos humanos (aqueles nos quais a economia importa) são aproximações análogas à biologia. Certamente, benefícios/vantagens em casos humanos são tipicamente compreendidos em termos de prosperidade mais do que sobrevivência genética. Mas o ponto relevante é independente de qual forma o ‘benefício’ adquire. A característica marcante da interação *humana*, na analogia simbiótica, deveria apenas retribuir aquele com o qual a interação é positivamente afetada pelo comportamento do outro. Mas as características de tal interdependência positiva envolvem ‘cooperação’ em outro sentido?

Existem, talvez, dois “outros sentidos” possíveis. Um considera o fato de que a interdependência positiva pode precisar ser *reconhecida* por ambos os litigantes para que os benefícios completos sejam apropriados. Tal reconhecimento pode explicar aspectos do comportamento de agentes mesmo em casos nos quais interdependência positiva não constitui um motivo direto

⁶ Biologia evolutiva está propensa a usar termos que têm uma conotação na psicologia natural para descrever o fenômeno evolutivo. “Altruísmo” é um exemplo marcante. No caso da “cooperação”, existe, analogamente, um tipo de projeção inconsciente das características humanas? Parece se perder o senso no qual em casos de simbiose falamos de espécies “cooperando”: o resultado é ‘vantajoso’ para ambas as espécies em interação. Mas, alguém pode perguntar: o que está em jogo ao se migrar da descrição dos atributos do resultado para a atribuição da “cooperação” às partes afetadas?

para o comportamento aplicado. O outro considera que “comportar-se cooperativamente” envolve agentes engajados em uma interação tendo a perspectiva de cada qual se beneficiar como as causas efetivas das ações que engendram. Neste último caso, pensamos, falar de *risco cooperativo para ganhos mútuos* faz sentido. A seguir vamos explorar ambos os casos.

II. ‘Cooperação’ como o fato da interdependência positiva?

Correndo o risco de se estender demasiadamente neste ponto, será útil dizer um pouco mais sobre o caso PI. E, para isto, será útil apelar a um ‘jogo’ simples – ilustrado, normalmente, pela tabela abaixo (Fig. 1).

		Ação de B	
		b1	b2
Ação de A	a1	(1,1)	(2,2)
	a2	(2,2)	(3,3)

Fig. 1

Nesta interação, os ‘indivíduos’⁷ A e B têm duas ações disponíveis cada; como as recompensas de cada um representam um número par (com o primeiro número em cada caso sendo a recompensa para A; e o segundo número a recompensa para B). Na estrutura ilustrativa, ambos têm uma estratégia dominante – uma ação para cada ‘indivíduo’ é melhor, independente do que o outro escolha. Ainda, o resultado que é melhor para A (a2) também o é para B; e vice-versa. Tal jogo ilustra o caso de ‘cooperação’ compreendida em termos que não ultrapassam o reconhecimento de uma *recompensa interdependente* – se a figura é um momento de ‘cooperação’, trata-se de cooperação do tipo PI.

No caso humano, é plausível pensar que os indivíduos estão fazendo escolhas entre ações; e sendo motivados pelo desejo de ter a maior recompensa possível. Neste caso, existe uma “interdependência positiva”. Quando A escolhe a2 sobre a1, A está “cooperando” com B, apenas no sentido que a ação de A serve para aumentar a recompensa de B. Analogamente, B, ao escolher b2 sobre b1, aumenta a recompensa de A.

⁷ Os ‘indivíduos’ são apenas entes que interagem. No caso humano, podem ser pessoas individuais. Mas eles também se agregam de várias maneiras. A natureza precisa da interação não é neste caso pertinente.

Vários detalhes da formulação da Fig. 1 valem a pena serem mencionados.

Primeiro, a formulação cria uma ambiguidade para os casos biológicos e de analogia social. Duas condições se sujeitam:

1. Esta interpretação de ‘recompensas’ nas duas aplicações é diferente (o valor excedente na primeira, e o bem-estar material ou preferências de satisfação na seguinte).
2. Tais ‘ações’ em casos biológicos têm representação contrafactual (talvez algumas inteiramente hipotéticas) – coisas que podem (ao menos a princípio) ser diferentes do que são – enquanto nos casos humanos, elas representam opções de escolhas disponíveis aos agentes. Então, nos casos humanos, algo importa do porquê agentes escolhem as ações que escolhem, uma característica necessária à explicação. Uma suposição típica em tais cenários é que cada agente humano prefere resultados que deixam o agente melhor em termos de recompensas e que cada ator escolhe sua ação com tais bases. Se isso é a estrutura motivacional, então a Fig. 1 vai, de fato, exemplificar PI.⁸

A característica delicada da interação para nossa proposta não é a interpretação das recompensas, mas a *estrutura* geral da interação – os “padrões de interdependência” que são expostos. Está claro a característica de interação que de fato importa: cada player lidera nas bases de sua própria independência, princípios de ação para agir de uma maneira que é vantajosa para o outro (qualquer que seja a compreensão corrente de ‘vantagem’). Pensamos que este é o sentido no qual Smith usa o termo, mas a presença dessa característica não é implicada necessariamente em C1 ou C2: em tais casos, estamos inclinados a pensar que não se faz análise de mérito, tais como “cooperação”. Talvez o termo ‘simbiótico’ deva ser empregado para abranger casos (seja biológicos ou sociais) nos quais a interdependência tem uma estrutura relevante. “Cooperação” deve, então, ser reservada para casos nos quais o PI opera algum papel na motivação das ações dos participantes.

Em segundo lugar, relacionado a isso, as ações/comportamentos disponíveis para os dois agentes – o a1’s e b1’s – são especificadas abstratamente. É assim deliberadamente: exemplos ilustrativos oferecem com

⁸ Claro, cada player pode ter uma preocupação positiva para a recompensa de outro(s) ator(es) afetado(s) pela interação: mas a presença ou ausência de tais preocupações é irrelevante para assegurar um determinado resultado.

frequência um viés interpretativo que aqui desejamos eliminar. Existem muitos casos específicos que podem exemplificar a estrutura ilustrada na Fig. 1 e devemos providenciar alguns exemplos a seguir – mas neste ponto, não queremos interpretações emolduradas que apelam a qualquer exemplo.

Em terceiro lugar, vale a pena observar que a independência exibida na Fig. 1 é em termos de recompensas – e não ações. Nenhum player precisa criar expectativas sobre como o outro está agindo para determinar qual é a ação com melhor recompensa para si mesmo. E nenhum player pode influenciar o comportamento do outro pela sua própria escolha de ação.⁹

A preferência de Buchanan por termo simbiótico sugere que a Fig. 1 é o tipo de caso que ele tem em mente. Isto demonstra PI. A tentação é descrever este caso como “cooperação” de um jeito compreensível – isto é: “co-operação”, porque ambos os agentes são necessários para produzir o resultado; é co-“operação”, porque esta é a ação/operação em que cada um que está envolvido. Mesmo assim o jogo da tabela nos fala dos efeitos positivos da ação de cada um sobre o resultado do outro que poderia se materializar de maneira inteiramente acidental. Ou isso poderia se materializar sobre como um resultado incidental das circunstâncias está em andamento, mas não é sistemático em qualquer sentido forte.

Um exemplo simples seria útil aqui. Suponha que A e B ocupem lotes adjacentes em uma estrada rural inglesa. Cada um é um jardineiro zeloso; e desenvolve seu jardim em parte para satisfazer sua vontade criativa e estética e, por outro lado, porque ter um jardim espetacular pode adicionar um valor de mercado à propriedade. Contudo, o jardim atrativo de A também adiciona um valor a propriedade vizinha de B e vice-versa. Os efeitos de suas ações independentes estão produzindo mais beleza a uma pequena estrada – mas a beleza da estrada rural, em si, nunca foi parte de suas intenções. Eles não se coordenam, em sentido algum, na produção de um resultado particular. A ação independente de cada um tem, no entanto, um efeito positivo significativo melhorando o valor de suas propriedades (e neste sentido contribuem para o prazer dos transeuntes).

Nós podemos até mesmo supor uma variação do exemplo, no qual A e B são rivais em seus esforços – que apesar do efeito sobre o valor de sua propriedade. A preferiria que o jardim de B fosse de alguma maneira menos atrativo (e analogamente em relação às atitudes de B sobre o jardim de A). Neste caso, o aumento no valor da propriedade superará os benefícios de cada um; e o fato da vantagem *mútua* será algo que de que ambos se ressentem. No

⁹ Claramente, na Fig. 1, ninguém tem um motivo para fazer isso: ambos escolherão a ação melhor para o outro independente da virtude de seu próprio princípio de ação.

entanto, ao menos que os feitos negativos superem o positivo, do valor da propriedade, restará uma conexão de interdependência positiva: a Fig. 1 mostra com precisão a relação entre a ação dos players e os benefícios conectados, derivados de cada um.

Não existe cooperação em C1. Pode haver, claro, cooperação em C2. O player A tem um motivo adicional para escolher a2 sobre a1 – a saber: que isso também dá um benefício para B; e B pode ser motivado, por motivos similares, a escolher b2 sobre b1. Mas estas considerações motivacionais extras são ‘demandas excedentes’ (*surplus to requirements*). A cooperatividade de C2 não muda o comportamento das partes envolvidas – não dá uma estrutura de interdependência positiva que nos parece uma característica central.

III. PI – comparado a C2?

Um ponto natural de contraste aqui é uma alternativa ao jogo da tabela – exemplificado pelo dilema do prisioneiro (ilustrado na tabela do jogo da Fig. 2). Mais uma vez, para focar nas características estruturais, podemos abstrair os eventuais procuradores e a confissão do próprio prisioneiro (ou algumas das muitas aplicações alternativas do dilema do prisioneiro pensados no contexto social e biológico) e focar diretamente na interdependência da estrutura. Nesta família de interações, as interdependências são negativas. No caso biológico, a maximização de desempenho físico de A reduz a de B; e vice-versa. No caso humano, a maximização da recompensa de A reduz a recompensa de B e vice-versa.

		Ação de B	
		b1	b2
Ação de A	a1	(2,2)	(0,3)
	a2	(3,0)	(1,1)

Fig. 2

Essa interação não exige a característica da estrutura da Fig 1. Como na Fig. 1, cada player tem uma estratégia dominante (a2 no caso de A e b2 no caso de B); e não existe assim um equilíbrio de Nash, (a2, b2). Mas este resultado equilibrado gera para cada um uma recompensa inferior que seria

alcançada no resultado (a1, b1): e apenas (a1, b1) é inacessível à maximização da recompensa independente, apostada por cada prisioneiro.¹⁰

Claro que, nos arranjos sociais, o segundo caso é absolutamente familiar, como Heath (2006) observa:

Se indivíduos apenas procurarem satisfazer suas próprias preferências em uma gama instrumental ampliada, eles [algumas vezes]¹¹ encontrarão os próprios embaraços nos problemas de ações coletivas: interações com um resultado que é pior para todos os envolvidos, quando comparado com outro possível resultado. Por isso, eles têm razão em aceitar alguma forma de restrição sobre suas condutas para alcançar algo maior, mas com resultado desequilibrado. Uma instituição social pode ser definida como um conjunto de normas que codifica tais restrições. Simplificadamente, alguém pode então dizer que instituições sociais existem para assegurar ganhos relacionados à eficiência Pareto. [HEATH, p. 313].

A descrição de Heath deste caso “absolutamente familiar” instiga algumas queixas. Primeiro, a sentença final parece implicar uma agenda explanatória – como se a existência de várias instituições sociais deva ser *explicada* em termos da capacidade destas instituições em assegurar ganhos relacionados à eficiência Pareto. Muito mais poderia ser dito sobre o processo pelo qual instituições sociais são fundadas antes que a agenda explanatória fosse sustentada.¹² Certamente, Buchanan algumas vezes falou em tais termos¹³; mas a maioria dos teóricos contratualistas, nos parece, estão engajados primeiramente e acima de tudo em um exercício de justificação. Neste sentido, uma construção alternativa pode ser mais adequada – algo como nos seguintes termos: “alguém pode então dizer que instituições sociais são justificadas em termos de proteção dos ganhos na eficiência Pareto¹⁴ – ou talvez, justificada a extensão na qual geram tais ganhos”.

¹⁰ Ou, na analogia biológica, a aptidão da espécie A poderia ser maior se a aptidão de B não fosse maximizada; e vice-versa.

¹¹ Inserção nossa. É desnecessário ao projeto de Heath ou mesmo ao nosso supor que tais ‘problemas coletivos da ação’ são onipresentes (como pode ter sido para Hobbes).

¹² Observar que indivíduos interagindo “têm razão” em aceitar restrições aos seus comportamentos, como no dilema do prisioneiro, não é necessariamente suficiente para os motivar a aceitar tais restrições. Mais do que isso, o acordo que maximiza a recompensa de A é tal que condiciona B a escolher “cooperar”, mas não A! Apenas se a aceitação de uma restrição relevante por A for necessária para que B a aceite, A aumentará sua recompensa ao aceitar a restrição.

¹³ Ver os exemplos em Buchanan (1990).

¹⁴ Na verdade, não é “ganhos na eficiência Pareto” como trabalho justificatório, mas a rede de ganhos na *satisfação de preferências* (termos pelos quais a eficiência de Pareto é definida).

Em segundo lugar, quando Heath se refere ao resultado da Escala de Pareto (a2, b2) como “equilibrada”, ele se refere à inteiração na Fig. 2, mas claro que tal inteiração é daquelas nas quais os efeitos de uma ‘instituição social’ relevante são ignorados. A lógica do argumento requer que o resultado do “Pareto mais elevado” deva ser um resultado equilibrado na inteiração alternativa a ‘instituição social’ ou o ‘conjunto de normas’ que está operando. A tarefa de designar ou defender instituições de assistência social pode então ser convincente em termos de transformar a inteiração da Fig. 2 em inteiração do tipo Fig. 1: o objetivo é reorganizar o dilema do prisioneiro como inteirações do tipo ‘simbióticas’.

A relevância da “cooperação”, especificamente, na análise do dilema do prisioneiro é complicada por uma tendência – da parte dos economistas (e teóricos do jogo em geral) – em rotular a *ação* na Fig. 2 como “cooperativa” (para a1 e b1) e “desertora” (para a2 e b2). E este uso parece suficientemente natural: a “ação cooperativa” é compreendida como uma ação na qual, se ambos a realizaram, todos os players estariam envolvidos no resultado ‘cooperado’ (o resultado PI). Mas existem complicações que devem ser observadas.

Em primeiro lugar, a1 é uma ‘ação cooperativa’ (assim compreendida) de A apenas se B escolher b1. Pode bem ser este o caso: de que o custo imposto a A pela ‘deserção’ de B seja tão amplo que A não possa justificar a escolha em a1 (em agregar o fundamento de maximização de recompensas), ao menos que A esteja razoavelmente correto de que B vai escolher b1. Tal caso é ilustrado na Fig. 2’. Nela, a recompensa agregada, quando ambos deserdam, é consideravelmente maior que a recompensa agregada¹⁵ fora dos resultados em diagonais (a1, b2) e (a2, b1); então, escolher a1 no lugar de alguma restrição a escolha de B, não pode ser justificada em termos de fundamentar recompensas agregadas. Neste caso, a conexão entre o resultado agregado e a ação a1 não é sempre clara.

		Ação de B	
		b1	b2
Ação de A	a1	(2,2)	(-10,3)
	a2	(3,-10)	(1,1)

Fig. 2’

¹⁵ A relação entre recompensa agregada e “vantagem mútua” é uma fonte adicional de complicação. Falaremos um pouco mais sobre esta diferença na seção V.

Igualmente, a recompensa nas diagonais pode ser tal que o melhor resultado para a maximização da recompensa agregada esteja na qual o player escolhe a ação que ‘coopera’ e o outro a ‘deserção’. Este fato pode ser transformado em vantagem especificamente *mútua* pelos players, se revezando em ‘explorar’ o outro. A estrutura está ilustrada na Fig. 2'. Claramente, neste caso, ambos os players melhorarão desta forma através de um acordo no qual (a1, b2) e (a2, b1) se alternem, no lugar de ter (a1, b1) sempre como prioridade de escolha. Neste caso, a condição necessária do PI máximo é que a ‘deserção’ seja escolhida por um ou por outro player em cada rodada do jogo. A conexão “natural” entre a assim chamada ‘ação cooperativa’ e a ação que produz o assim chamado resultado cooperativo (que resulta nos exemplos PI) é quebrada¹⁶.

		Ação de B	
		b1	b2
Ação de A	a1	(2,2)	(0,10)
	a2	(10,0)	(1,1)

Fig. 2''

Poderia haver, claro, um entendimento alternativo da ‘*ação cooperativa*’ – a saber: aquele no qual se escolhe um *motivo* cooperado. Sendo assim, uma solução ao ‘dilema do prisioneiro’ pode consistir no interesse de ambos os jogadores de produzir coletivamente o melhor resultado. Mas, ao modelar esta possibilidade, deveríamos distinguir “inclinações para escolher ações”, por um lado, das recompensas, por outro – sendo o último caso (das recompensas) relevantes para cada benefício recebido e o primeiro caso (inclinações para escolher ações) relevante para o comportamento. Por exemplo, indivíduos podem se engajar em “ideias coletivas”¹⁷. Eles podem se perguntar não “o que é o melhor para mim?”, mas, ao invés, “o que é o melhor para nós?”¹⁸ Tendo se estabelecido, conjuntamente, o melhor *resultado*, cada um poderia então se perguntar: ‘o que eu tenho que fazer para atuar na produção deste melhor resultado coletivo?’ e então performar tal ação. Levamos em conta que esse

¹⁶ Isso deveria, talvez, enfatizar que as variantes ilustradas nas Fig. 2' e Fig. 2'' mantêm as características essenciais do dilema do prisioneiro – a saber que existe um equilíbrio Nash que é Pareto dominado em termos de recompensas.

¹⁷ Este caso é explorado na economia por Bacharach (2006), Sugden e Gold (2007); e conecta-se à filosofia por Bratman (1992) e Gilbert (2001).

¹⁸ “O que é o melhor para nós” pode ser interpretado de maneira agregadora. Mas pode também ser interpretado com constrangimento pela exigência de que a recompensa de ambos deve aumentar. Podemos falar um pouco mais sobre esta ambiguidade na seção V.

tipo de cálculo refletiria uma forma estranha de ‘cooperação’ em um sentido psicologicamente direto: cada um leva em conta a recompensa do outro ao calcular como age. Mas, claro, o que é o melhor para um é que o *outro* adote um modo ‘ideia coletiva’ de calcular a ação: minha escolha que ‘coopera’ é uma abordagem que faz sentido em termos de maximizar a recompensa *para mim*, apenas se minha ação aumentar bastante a possibilidade de você escolher tal abordagem. Em outras palavras, maximizar minha recompensa não implica na minha adoção do modo “ideia coletiva” de calcular. Além disso, como podemos ainda mostrar na secção V, há vários casos relevantes nos quais o “nós”, relevante para “ideia coletiva”, é mal definido. Quando o ‘nós’, para definir cooperação, ficar a quem do conjunto de pessoas afetadas pelos resultados da disposição para ‘cooperar’ pode produzir um resultado que não reflete propriamente o PI.¹⁹

À luz destas complicações, considere novamente Heath. Ele declara que sua proposta é explorar os “*benefícios da cooperação*” – e pensa que é importante então um nível menor de abstração que aquele normalmente utilizado na filosofia do contrato social. Ele reclama que Gauthier e Rawls (exemplos arquetípos) “*não se atentam em especificar como a cooperação melhora a condição humana*”. Agora, se cooperação é compreendida em termos de PI, então a questão de “*como cooperação melhora a condição humana*” parece bizarra: cooperação compreendida como PI é na verdade *constituída* pela melhora das recompensas a todos os players relevantes. O objetivo de Heath de explorar os “benefícios da cooperação” deveria, então, ser o de explorar os “benefícios dos benefícios gerais” – o que parecer ser um exercício despropositado! Se, por outro lado, cooperação é compreendida como uma difusão generalizada de uma motivação para produzir benefícios aos outros tanto quanto para si mesmo, então poderia ser possível tal agenda – mas não parecer ser esta a agenda de Heath! Ela teria duas partes: a primeira para explicar como a determinada motivação funcionaria para resolver vários dilemas em casos particulares; e a segunda, em como estas motivações poderiam ser ampliadas e aprofundadas na população em geral. O que de fato Heath faz é direcionar sua atenção a diferentes “*mecanismos de benefício social*” – com o mecanismo em questão sendo compreendido como “caminhos diferentes nos quais indivíduos podem ajudar uns aos outros a atingir os seus objetivos, independente de quais sejam os objetivos” [p. 315]. Mas antes de termos “mecanismos”, parece que devemos ter clareza sobre o que está em jogo nos indivíduos “ajudando uns

¹⁹ Uma maneira de abordar este ponto é sugerir que a estrutura do dilema dos prisioneiros de interdependência pode ser replicada em interações entre os grupos, mesmo quando indivíduos são ‘cooperativamente’ motivados nos grupos.

aos outros para atingir seus objetivos”. Precisamos saber se as pessoas “ajudando umas às outras” importam, de fato, nos resultados que suas interações produzem (PI); ou se isso significa representar uma descrição de suas intenções (C2); ou talvez algo mais, C1).

IV. Cooperação como coordenação – do PI ao C1?

Por ora, exploramos a ideia de cooperação pelas lentes de duas estruturas familiares de interação – em ambos os casos, players têm uma estratégia dominante e, portanto, um equilíbrio de Nash singular. Esta propriedade significa que cada um age completa e independentemente das ações escolhidas pelo outro. Cada um pode ou não ser ignorante sobre como o outro se encaminha para agir; mas qualquer tipo de informação é irrelevante para a escolha da ação alheia (mesmo que não seja para medir a recompensa). Não é sequer necessário que se esteja consciente de que a ação do outro tenha algum impacto na recompensa recebida: cada um, de fato, orientará sua ação de maneira que produza ou não benefícios ao outro – mas nem C2 nem C1 se aplicam.

Existe, contudo, uma diferença familiar nos casos em que players interagem de uma maneira tal que cada escolha de ação *dependa* da escolha que o outro faz²⁰. A forma mais simples de jogar assim é o jogo coordenado, ilustrado na Fig. 3.

		Ação de B	
		b1	b2
Ação de A	a1	(1,1)	(0,0)
	a2	(0,0)	(2,2)

Fig. 3

No jogo, como retratado, existe um resultado que é melhor para ambos, ou seja: (a2, b2). É tentador concluir que, neste caso, existe uma necessidade de ‘coordenação’ para garantir vantagens mútuas. Mas isso não é bem assim. Suponha que A e B ajam independentemente – sem movimentos externos ao jogo coordenando os comportamentos. Uma razão relevante é que, desde que não se saiba o que B fará, apenas provavelmente B escolherá b1 ou b2; e desde que se aumente a expectativa de A por escolher a2, que é o que

²⁰ Muitas vezes, casos são chamados de interações ‘estratégicas’.

A racionalmente escolheria. B poderá raciocinar analogamente. Neste caso (a2, b2) podem emergir como resultado sem nenhuma coordenação explícita.

Claro que A pode, corretamente, considerar que ele poderia garantir benefícios para si mesmo pela coordenação explícita com mais segurança. E B assim também pode. A pode dizer para B: Eu escolherei a2 se você escolher b2. B tem bons motivos para ‘cooperar’. Mas igualmente, A pode se mover pelo conhecimento integral de que B escolherá b2, se A escolher a2 primeiro. Nestes casos, poderíamos dizer que A e B estão ‘cooperando’? Não existe um caso estruturalmente idêntico na Fig. 1, no qual uma vez que A agiu, então B tem uma noção mais clara da ação que também será a melhor para A? B coopera com A, neste caso, em um sentido diferente daquele que se aplica a Fig. 1?²¹

Olhando por outro lado, poderia se exigir garantia de que a Fig. 3 ou alguma estrutura interativa relacionada se envolvesse em alguma cooperação em um sentido real? Considere a inteiração ilustrada na Fig. 4. Aqui, existem dois resultados que envolvem benefícios – (a1, b2) e (a2, b2) – mas o benefício em questão é acumulado para apenas um player em cada caso. A tem interesse na escolha b1 de B; B tem interesse na escolha a2 de A. Mas o primeiro movimento de A, ou um anúncio prévio de que ele pretende escolher a1, não incentiva B em escolher b1. E isso se passa para B na escolha de b2. Ou pelo menos é assim ao menos que A positivamente se importe com a recompensa de B (ou vice-versa).

		Ação de B	
		b1	b2
Ação de A	a1	(5,0)	(0,0)
	a2	(0,0)	(0,5)

Fig. 4

Existe um claro cenário de uma cooperação genuína neste caso. A e B podem entrar em um arranjo revesado – um tipo de ‘mercado de troca’ – no qual A se compromete em alternar as escolhas a1 e a2, se B alternará b1 e b2. Neste caso, existe uma ‘ação’ adicional admitida internamente ao jogo – a saber: “coordenar-se com o outro para garantir (a1, b1) e (a2, b2) em cada rodada”. Cada um tem razão em adotar tal estratégia enquanto o jogo continuar. Pode haver dificuldades em garantir a confiança no ‘contrato’ se existir uma interrupção na sequência de inteirações. Mas aqui não existe um apelo positivo para desistir.

²¹ Uma maneira de pensar a Fig. 3 é que ela nos traz a questão sobre a necessidade de ‘cooperação’ condicionada a suposição que a ação é simultânea e a jogada previamente anunciada está descartada.

Haveria um apelo se a recompensa nas diagonais fosse (1,1) – maior que (0,0). Assim podemos exigir algum motivo adicional para garantir a cooperação de uma maneira confiável (algo como C2).

Mas observe que a ‘cooperação’ relevante para os casos coordenados mapeada pela Fig. 3 não exige que algum player se importe intrinsecamente com a recompensa que o outro acumula. De fato, um, outro ou ambos podem se importar *negativamente* com a recompensa do outro – de modo que o ganho de 2 para B envolve puramente uma perda psicológica declarada para A de 0.8. Neste caso, A pode ainda aumentar seu conjunto de retorno subjetivo para 1.2 por combinar com B. Coordenação, aqui, exige que cada um leve em conta o que o outro fará (o que por sua vez exige alguma informação sobre as recompensas de vários resultados) e ajustar seu comportamento a luz desta informação. Se, por exemplo, A sabe que B é alguém que pensa coletivamente – como nos termos discutidos, então, A adivinhará que B escolherá b2 e, por isso, tem toda razão em escolher a2. Disto se segue que A fará o melhor para B (quando A escolher a1), mas o benefício de B é incidental para a escolha de A. Por outro lado, os benefícios de B são relevantes para a escolha da ação de A (e consequentemente, os benefícios de B explicam a escolha de A); mas A não necessariamente avalia os benefícios de B intrinsecamente. A e B podem apenas estarem ‘socialmente alerta’ para administrar a coordenação – mas tais vigílias sociais não contam para a coordenação no sentido de C2.

Se estamos entendendo o papel destas disposições como cooperativas do tipo C2, promovendo vantagem mútua, precisamos, parece, focar no dilema do prisioneiro, caso ilustrado na Fig. 2. Certamente, não precisamos, em geral, que players sejam motivados para serem ‘cooperativos’ para que coordenem suas ações. Coordenação poderia exemplificar PI; e parece exigir uma certa atenção da parte de cada player às ações do outro para garantir os benefícios ofertados. Mas esta atenção para a ação do outro não implicaria em qualquer avaliação positiva dos benefícios das minhas ações para os outros – nenhum desejo de promover o bem-estar dos outros paralelamente aos meus próprios. Em outras palavras, a *mutualidade* do benefício/vantagem disso não desempenharia um papel motivando agentes: cada um pode ser motivado simplesmente pelo próprio benefício/vantagem.

V. motivos cooperados?

Muito do que dissemos está longe de parecer suficientemente honesto. Existe certamente uma distinção cara entre um conjunto biológico no qual simbiose se apresenta e um conjunto humano no qual o comportamento

dos agentes interagindo é motivado pelo desejo de serem “cooperativos”. O que pode não ser tão óbvio é que alguma ambiguidade sobre a cooperação – a mesma distinção entre PI e C2 – está em jogo no caso humano. Pois é um tipo de argumento de que certas instituições sociais podem resolver falhas para assegurar resultados operando sobre as escolhas dos agentes; e um outro que supõe que tais instituições sociais trabalhem operando sobre a motivação dos agentes – tornando-os mais cooperativos no sentido C2.

Mais uma vez, apelar para representação teórica dos jogos é útil aqui. Mas (como prevíamos em nossa discussão sobre a exposição de Heath na seção III) há uma complicação. Nós vamos requerer dois conjuntos de ‘recompensas’ de cada resultado (cada cédula na representação da tabela): o conjunto que define a ‘vantagem’ para cada player; e o conjunto que orienta o que motiva o *comportamento* de cada agente. No caso biológico, são os mesmos porque ‘comportamento’ é apenas a propriedade de um equilíbrio evolutivo emergente; mas no caso humano, no qual instituições sociais, normas e coisas semelhantes podem operar para resolver “problemas de ações coletivas”, o segundo vem separadamente e deve ser representado de maneira independente.²²

Vale a pena observar que a tensão entre o valor da ‘vantagem’ e o valor da preferência da satisfação implicada nesta estrutura dual de ‘recompensa’. Se um conjunto particular de preferências está sendo *justificado* pelo apelo ao valor da “vantagem”, então, ninguém pode sustentar a ideia de que a satisfação da preferência é o único fundamento da análise normativa (como economistas estão propensos a sustentar).

Na medida em que uma instituição social existe e modifica as recompensas do tipo *escolha relevante* de maneira a – de fato – “resolver” o problema da ação diagnosticada coletivamente, ela induz a cooperação no sentido PI. Contudo, isso implica em abrir a questão de se a cooperação C2 está envolvida.

O argumento a seguir envolve dois passos. O primeiro diz um pouco mais sobre como motivações/interesses ‘cooperativos’ são definidos. O segundo investiga a relação lógica entre players como tendo motivos/interesses para cooperar, e a entrega da interdependência positiva. O objetivo é mostrar que haver motivos para cooperar não é necessário nem suficiente para PI.

²² Simon Blackburn faz exatamente esta distinção no capítulo 5 de seu *Ruling Passions* (1998).

1. Definindo cooperatividade

Cooperatividade (C2) é um assunto motivacional por definição. Ele aparece como um elemento nas ‘funções úteis’ dos jogadores. Uma maneira de capturar cooperatividade assim compreendida pode ser em termos de um altruísmo generalizado ou benevolência: cada um se importa positivamente com a recompensa do outro (em maior ou menor grau). O grau pode ser medido pelo número de dinheiro do benefício que A está disposto sacrificar para assegurar um montante que valha a pena como benefício para B – aqui recompensas são expressas em termos financeiros.

Outra maneira de capturar cooperatividade pode ser em termos de cada player ser motivado por um desejo de PI. Neste último caso, é necessário que ambos os atores tenham benefícios positivos de inteiração – com benefício definido nos termos do valor da vantagem. Neste caso, a cooperatividade demanda que a recompensa ao outro seja uma consideração motivada apenas se a recompensa para si mesmo não reduzir: “vantagem mútua” aqui é construída em termos de recompensas objetivas e é um assunto que restringe todos de aproveitar algum nível de ‘vantagem’ (qualquer aumento no benefício).

Para ilustrar, considere o caso das “ideias coletivas” mencionado anteriormente. O primeiro passo no exercício das ‘ideias coletivas’ é estabelecer qual resultado é o “melhor para nós”. Este resultado pode ser obtido simplesmente agregando as recompensas dos vários players; ou alternativamente, o resultado pode ser constrangido pela exigência de que ninguém tenha sua recompensa reduzida (agregação subjetiva por vetor dominante). Pensamos que existe aqui uma distinção entre o que podemos chamar de ‘vantagem mútua’ e meramente ‘vantagem agregada’: e seguiremos com a ideia de vantagem mútua. Então, podemos dizer que um resultado pode ser “melhor para nós” se é melhor em termos de recompensas para cada um de nós; e, correspondentemente, que um resultado “não é pior para nós” se não é pior para cada um. (Altruísmo generalizado não envolve tais restrições).²³

2. Vantagem mútua => cooperatividade?

Garantir vantagem mútua, neste sentido, requer que agentes estejam motivados em garantir uma vantagem mútua? Parece que não.

²³ Esta diferença é feita na compreensão de justiça de Hume. Ver: Sayre-McCord (2016).

Sabe-se pela literatura empírica (FEHR e GACHTER, 2000, por exemplo) que a condição de punição possibilita significativamente reduzir a proporção de players para duas pessoas no dilema do prisioneiro que escolhem a opção ‘não-cooperativa’. Alguém poderia pensar que a capacidade de punir simplesmente replicaria a estrutura do dilema do prisioneiro para o nível da punição imposta no jogo ao menos em uma versão com pessoa N; apesar de tudo, punir um desertor para reduzir a possibilidade de deserção traz um bem público a todos os players. Contudo a literatura experimental sugere que, dando uma chance para a punição, indivíduos oferecerão frequentemente a punição mesmo quando é custosa para quem pune²⁴. Então, players apresentados no jogo substantivo acreditam que a possibilidade de ser punido, se eles escolherem a opção ‘deserção’, é suficientemente maior que a probabilidade de serem punidos quando escolhem a opção ‘cooperar’;²⁵ assim terão um incentivo para escolher a opção ‘cooperar’, então eles terão um incentivo para escolher a opção ‘cooperar’. E eles escolhem em porções significativas quando as possibilidades de punição estão reduzidas.

Claro que isso depende ao menos de alguns players acreditarem que outros estão prontos para ‘punir’ e separar suas vítimas de acordo com como elas agem no jogo substantivo. Mas nem esses punidores nem suas possíveis vítimas parecem estar motivados pelo desejo de vantagens mútuas. Para punidores, isso pode ser um simples desejo de punição²⁶ – e para players, pode ser o desejo de evitar punição – que assegura um comportamento adequado.

Em muitos casos, claro, a punição é distribuída não por ‘vigilantes’ operando baseados em inclinações espontâneas, mas por instruções criadas para tais propósitos. O sistema legal pode justificar e/ou racionalizar com bases nos resultados vantajosos mútuos (ou em geral); mas os indivíduos para quem sistema se dirige podem bem cumprir a lei por causa das sanções que a lei impõe.

Um caso específico com algum interesse para nós é o da ‘punição’ que não impõe perdas materiais às vítimas, mas que apenas lhes diminui o apresso. Nesse caso, a ideia é que os observadores formem julgamentos sobre o comportamento dos outros – e atribuam aprovação ou reprovação acertadamente. A pressuposição motivacional geral é de que indivíduos desejam ascender com a opinião dos outros inteiramente para seu próprio

²⁴ Também é um caminho para interpretar o resultado último dos jogos.

²⁵ Isso parece um laboratório experimental onde, ao menos algumas vezes, players são punidos mesmo quando eles escolhem a opção ‘cooperar’. Vale a pena notar que muitos dos laboratórios experimentais são construídos de tal maneira que players ‘punidos’ não têm oportunidade de retaliação – o que, em primeiro lugar, poderia levantar suspeita de que isso inibiria a tendência para exigir punição.

²⁶ Isso é também uma maneira de interpretar os resultados últimos dos jogos.

bem. Eles valorizam o apressamento dos outros direta e intrinsecamente. Existem algumas evidências que o desejo por apressamento, assim compreendido, pode ser um motivador muito poderoso – especialmente quando emprega um número amplo de observadores. Neste caso, indivíduos podem ser orientados a escolher a estratégia ‘cooperada’ no cenário do dilema do prisioneiro, porque ao agir acumulam apressamento (ou eles podem se abster de ‘desertar’ por causa da produção de desagravo). Indivíduos tão motivados não mostram preocupação em serem cooperativos): eles não são motivados diretamente pelas vantagens mútuas ofertadas pelo apressamento/desagravo que se aderem as diferentes ações. Contudo, o fato de que escolher a estratégia ‘cooperativa’ é uma fonte de apressamento positivo (ou escolher a estratégia da ‘deserção’ é a fonte do desagravo) reflete o fato de que observadores aprovam as ações que promovem a vantagem das pessoas com quem um agente interage. Significativamente, ao formar estas atitudes não se mostra que estes observadores poderiam, por si mesmos, serem motivados a agir na promoção de vantagens mútuas, quando eles mesmos encaram a tentação das recompensas do dilema dos prisioneiros: isso mostra apenas que eles pensam que a ação de A promove a vantagem destas interações de A em meio à situação do dilema do prisioneiro como se fosse uma “coisa boa” e que o desejo de A aprova, então, quando A age. Igualmente, estas pessoas afetadas não precisam (e provavelmente não são) as mesmas pessoas que distribuem estima ou desagravo. Em outras palavras, seja como for, a maneira como as atitudes dos observadores se forma não precisa refletir os interesses daqueles observados. A desaprovação de um homem que bate em seu cão não se torna implausível porque o observador não é ele mesmo o cão – ou não pode ser espancado! O ponto aqui, no entanto, é que uma atitude favorável às vantagens mútuas e o desejo de promover isso está, geralmente, implicado na ‘economia do apressamento’; este não é o atributo apropriado a uma ‘disposição cooperativa’; nem mesmo demandantes ou fornecedores de apressamento cometem este erro de causa e efeito.

Geralmente, a demanda por cooperatividade entre participantes não é requerida para as vantagens mútuas no cenário do dilema do prisioneiro. Uma demanda por apressamento positivo (e evitar o desagravo) pode ser suficiente.

Cooperatividade => vantagens mútuas?

Mas suponha que players inseridos no cenário do dilema do prisioneiro tenham demandado agir cooperativamente: suponha, assim, que players são diretamente motivados pelas vantagens mútuas (diferentes daquelas

que são apenas suas próprias vantagens). Este é um motivo suficiente para gerar PI?

Pensamos que não. Primeiro, e trivialmente, ainda que vantagens mútuas possam ser um fator motivante, elas podem não ser suficientemente fortes para induzir indivíduos a escolher a estratégia “cooperar”²⁷: as tentações do interesse individual podem ser fortes demais. Porém, mesmo que quando o interesse cooperativo é forte o bastante para motivar ações (isso representa um desejo ‘que leva tudo em conta’, em vez de um desejo ‘pro tanto’), os efeitos que não podem promover vantagens mútuas sem mais nada. É, por exemplo, uma observação comum que empresas em um setor industrial se relacionam umas com as outras por meio da estrutura do dilema dos prisioneiros. Todos se beneficiariam formando um cartel ou monopólio e compartilhando os resultados do lucro resultante do monopólio – mas não pode ser assim porque cada um tem um incentivo forte para quebrar qualquer acordo de cartel e prejudicar outros empreendimentos. É igualmente conhecido que eram empreendimentos ‘dispostos cooperativamente’ de maneira fazer um acordo de cartel suficiente que poderia servir para criar situações piores para os consumidores que para qualquer montante mais amplo, relacionado ao lucro gerado pelo monopólio. Em outras palavras, a vantagem máxima poderia ser descartada pela (suficientemente forte) preocupação dos produtores em cooperar.

Em outro exemplo, a conduta de uma campanha militar de sucesso envolve certos níveis de cooperação entre os participantes envolvidos em cada força combatente. Como tentamos argumentar em algum lugar²⁸, os membros de uma força militar estão vinculados (praticamente através da agressão) a outras por uma estrutura do dilema dos prisioneiros: melhor seria se todos se empenhassem igualmente, mas o melhor para cada um é se qualquer outro suportar mais o peso do ataque principal. Portanto, entre dois grupos hostis, existe, evidentemente, cooperatividade considerável em cada grupo – mas em todos os casos, a relação entre os grupos é um Pareto péssimo: mesmo os vitoriosos perdem em termos absolutos.

Colocando em termos mais gerais, quando nós falamos “ideia coletiva”, dependemos mais do “nós” do que daquilo que os participantes têm em mente. Especificamente, ao menos, o “nós” relevante para a motivação é

²⁷ Já reivindicamos que o uso dos termos ‘cooperar’ e ‘desertar’ para se referirem às ações está sujeito a confusão em algum sentido no qual ‘cooperação’ e ‘cooperatividade’ são em si precisamente os termos em disputa. Contudo tais terminologias são fortemente entrincheiradas no dilema do prisioneiro que seguiremos aqui – em todos os casos, deixando claro que se trata da ação, não do resultado ou os motivos para agir, a referência relevante aqui.

²⁸ Ver: G. Brennan e G. Tullock (1982).

do tipo de “nós” relevante para a justificação, então a ação motivada pela “ideia coletiva” pode realmente encabeçar o resultado Pareto-ineficiente. Ainda, ao descrever qualquer caso aqui, o conjunto de pessoas cujo benefício motiva um ator aquém de um grupo afetado da mesma maneira que aqueles atores para os quais não existem motivos para serem cooperativos parece bizarro. Nas palavras de Smith, um homem pode exibir uma preocupação altamente cooperativa para com seus 40 amigos - ou menos - e ainda assim lhe faltar preocupações a respeito dos seus compatriotas de quem depende seu estilo de vida. Negar que uma pessoa tenha disposição para ‘cooperar’ – ou exigir que ela não coopere mais com seus vizinhos solitários e ranzinzas – parece só perverso.

Pensamos que tais considerações estabelecem felizmente de maneira convincente que a presença difundida das disposições cooperativas entre uma população não é necessária nem suficiente para garantir PI.

Claro, tal relação lógica não estabelece que não possa haver, como uma questão de fato, uma correlação positiva entre cooperatividade compreendida como uma motivação e a extensão das vantagens mútuas (em geral) em uma população relevante; nem estabelece que tais considerações normativas – mais genericamente – não podem implicar na produção de vantagens gerais – mesmo quando o papel destas considerações não toca diretamente questões motivacionais. (É esta a lição que aprendemos no exemplo do ‘apresso’). Ainda mais: mesmo quando existe uma correlação positiva entre cooperatividade, compreendida psicologicamente, e a realização da vantagem geral, isso não é o suficiente para mostrar que tentar inserir um desejo por cooperatividade na população tem uma prioridade alta na busca pela vantagem geral – ou nem mesmo uma prioridade qualquer.

Mas talvez normativamente haja algo mais em jogo do que a garantia de vantagens. Talvez devamos nos importar (e talvez pessoas se importem) não apenas com assegurar vantagens, mas também com os processos pelos quais se asseguram vantagens. Talvez preferamos (ou deveríamos preferir) operar em comunidades nas quais a preocupação com a vantagem mútua seja abundante não porque tal preocupação é mais eficaz para produzir vantagem mútua, mas pelo seu valor próprio. Se assim o fosse, poderíamos ter razões adicionais, para sermos claros, sobre a distinção que temos enfatizado: entre o *fato* de PI – compreendido como uma propriedade de resultados sociais – e os motivos/considerações dos participantes como sendo suas deliberações em produzir tais resultados sociais. Esta poderia ser uma distinção simples, mas nos parece ser suficientemente ignorada, às vezes; ou obscurecida. E, retornando ao nosso ponto inicial, pensamos que a descrição de Adam Smith

de uma interdependência em uma sociedade comercial, a ênfase de Buchanan nas “simbioses sociais”, e a elaboração de Joseph Heath dos “benefícios da operação” são pontos esquecidos ou ignorados.

VI. Conclusão

O objeto deste artigo foi rascunhar uma distinção precisa entre três possíveis significados que podem ser atribuídos ao termo ‘cooperação’.

Os três significados são:

1. Cooperação como a propriedade de um resultado – algo no qual existe interdependência positiva mútua reconhecida em torno daquelas ações que em conjuntos produzem o resultado. A interdependência positiva pode ser representada em termos de recompensas em um jogo de estrutura teórica. Cooperação como interdependência positiva é – pensamos – melhor descrita apenas como ‘interdependência positiva’ (PI). Isso é utilmente ilustrado pelo caso da simbiose no cenário biológico no qual questões sobre motivação que dependem da inteiração dos participantes simplesmente não surgem.

2. Em virtude do fato de tal cooperação poder, a princípio, surgir como uma característica completamente acidental, alguém pode querer restringir o uso do termo cooperação às situações nas quais cada participante leva em conta o fato de PI na ação escolhida que o outro faz. Mas “levar em conta” não requer “ser motivado por”. Tal distinção é ilustrada pelos “jogos coordenados”. Em tais jogos, a estrutura da interdependência é tal que:

- a. Cada qual tem um incentivo para escolher suas ações à luz da ação que o outro escolhe;
- b. A coordenação não produz PI. Cada qual faz melhor em virtude do fato de que os outros agem no sentido que agem;
- c. Mas o fato de que outros estão jogando melhor não necessariamente desempenha um papel melhor na motivação da ação de alguém.

O caso característico deste tipo é o que chamamos ‘cooperação de coordenação’. (C1)

3. Ambos os casos anteriores são distintos do caso no qual existe uma ‘preocupação cooperativa’ – nela o fato de PI entra como parte do aparato

motivacional dos participantes. Este terceiro caso é por definição um assunto de psicologia do agente. Chamamos isto de ‘cooperatividade’ ou cooperação C2.

Existe um conjunto de distinções relacionadas em jogo neste artigo – de acordo com o objeto ao qual o adjetivo “cooperado” se refere. Então, podemos pensar que um resultado “cooperado”; *ação* “cooperativa”; ou *motivação* cooperativa. Pode ser tentador pensar que estes usos dos termos “cooperativo” estão intrinsicamente conectados – então, por exemplo, uma ação cooperativa é apenas tal que produz um resultado cooperativo; ou aquela que é motivada por uma consideração cooperativa. Esta tentação é do tipo que se deve resistir. Como nos esforçamos para explicar, as conexões em jogo podem ser problemáticas.

Há duas questões em relação a C2. Uma trabalha com a relação entre C2 e PI. Nossa reivindicação é que não se trata de uma relação lógica direta. Isso é, não deveria ser uma pressuposição lógica que C2 está produzindo vantagem geral. O segundo é que a extensão da justificação de uma instituição social nos engana sobre a vantagem geral que produz: não é necessário razão normativa para sustentar C2. Pode ser que haja razões normativas ou baseadas em preferências através das quais vantagens são garantidas. Não temos nada a dizer aqui que descarte a possibilidade da disposição para cooperar ser uma ‘virtude’ que deveria ser promovida por seus próprios meios; ou que possa ser uma preferência geral, interna a comunidade de agentes interagindo na tratativa com outros para quem PI é um objetivo direto. Mas o fato é que C2 não produz vantagem máxima e, ao menos em alguns casos, carrega a possibilidade de tais compromissos normativos ou preferências virem às custas da vantagem geral em si.

Nosso objetivo neste artigo foi iluminar os problemas em relação a ‘cooperação’- destacar distinções que o uso corriqueiro do termo tende a obscurecer. Não é nossa ambição legislar sobre significados. Contudo, deveria estar claro que pensamos que, para fins de clareza, o termo “cooperação” deva ser reservado para os casos de motivação. Chamar um resultado de “cooperativo” porque ele produz benefícios gerais (até mesmo universais) – e, igualmente, considerar *qualquer* processo que produza tal resultado como “cooperação” – isso só gera confusão.

Referências

- BACHARACH, M. *Beyond Individual Choice* edited by R. Sugden and N. Gold, Princeton University Press: Princeton, 2006.
- BRATMAN, M. “Shared Cooperative Activity”. In: *The Philosophic Review* 101, p. 327-341, 1992.
- BRENNAN, G.; TULLOCK, G. “An Economic Theory of Military Tactics”. In: *Journal of Economic Behavior and Organization* 3, p. 225-242, 1982.
- BLACKBURN, S. *Ruling Passions*. Oxford University Press: Oxford, 1998.
- BUCHANAN, J. “What Should Economists Do?”. In: *Southern Economic Journal* 30, p. 213-222, 1964.
- _____. “The Domain of Constitutional Economics”. In: *Constitutional Political Economy* 1, p. 1-18, 1990.
- GILBERT, M. “Collective Preferences, Obligations and Rational Choice”. In: *Economics and Philosophy* 17, p. 109-119, 2001.
- HEATH, J. “The Benefits of Cooperation”. In: *Philosophy and Public Affairs* 34, p. 313-351, 2006.
- SAYRE-MCCORD, G. “Hume on the Artificial Virtues”. In: RUSSEL, P. (ed.) *Oxford Handbook of David Hume*. Oxford University Press, p. 435-469, 2016.
- SUGDEN, R.; GOLD, N. “Collective Intentions and Team Agency”. In: *Journal of Philosophy* 104, p. 109-137, 2007.

Email: sayre-mccord@unc.edu

Recebido: 11/2024
Aprovado: 12/2024